

Educação e política: O caso do PARFOR e sua relação com o pensamento educacional de Paulo Freire

Wallace Rodrigues¹
Cristiane da Silva Almeida²
Edinilza Costa³

Resumo

Este escrito busca compreender os pensamentos de Paulo Freire, em sua visão político-pedagógica, e relacioná-los ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Para tanto, refletimos sobre alguns conceitos deste educador brasileiro e os aplicamos ao PARFOR. Enquanto professores de tal plano, conhecemos as realidades dos acadêmicos das Licenciaturas/PARFOR, tanto no Estado do Tocantins, quanto no Estado do Pará. Portanto, refletir freirianamente sobre o PARFOR implica pensar nas relações entre as diferentes vivências educacionais dos estudantes do PARFOR, nas suas condições de produção do conhecimento pedagógico e nas influências de seus diferentes saberes para benefício intelectual de tais estudantes. Os resultados deste escrito mostram a inegável atualidade do pensamento de Paulo Freire e de sua influência pedagógica para pensar a educação brasileira em seus vários níveis.

Palavras-chave: Atualidade; Paulo Freire; PARFOR; Pedagogia.

Abstract

This paper aims to understand the thoughts of Paulo Freire, in his political-pedagogical views, and relate them to the National Plan for Graduating the Basic Education Teachers - PARFOR. To do so, we reflect on some concepts of this Brazilian educator and apply them to PARFOR. As teachers of such a plan, we know the realities of the undergraduate/PARFOR students, in the State of Tocantins and in the State of Pará. Therefore, to reflect in a way of Freire on PARFOR implies thinking about the relationships between the different educational experiences of PARFOR students, their conditions of pedagogical knowledge production and the influences of their different knowledges for the intellectual benefit of such students. The results of this paper show the undeniable relevance of Paulo Freire's thinking and his pedagogical influence to think about Brazilian education at its various levels.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: walace@uft.edu.br

² Professora Assistente da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA –PPGED

Keywords: Actuality; Paulo Freire; PARFOR; Pedagogy.

Introdução

Para os professores universitários que trabalham na região sudeste e sul do Brasil a educação, por pior que seja, ainda se encontra em um nível aceitável de condições de trabalho, apesar de todas as precariedades estruturais que sabemos existir, nacionalmente, na área da educação. No entanto, há regiões do país que parecem paradas na década de 1970, com atrasos imensos em todos os níveis, na infraestrutura precaríssima, na baixíssima formação do professorado, nos baixos salários dos docentes, na dependência de professores contratados, entre tantos outros problemas.

Assim, dando aulas para os estudantes do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), pudemos notar, através de relatos destes estudantes e de imagens das escolas, o quão precária é a situação das instituições educacionais e do ensino no norte do Brasil.

Muitos educadores defendem a igualdade de direitos para todos os professores, independentemente da área onde trabalham, porém eles jamais aceitariam lecionar nestas paragens afastadas na região norte do Brasil. Talvez pela distância dos grandes centros, mas muitos por medo do que encontrarão por aqui, ou melhor dizendo, do que não encontrarão por aqui.

É, portanto, deste local no norte do Brasil que buscamos utilizar os pensamentos de Paulo Freire para exemplificar sua atualidade, principalmente quando analisamos o caso do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.

Assim, é neste sentido que este texto busca trabalhar com o pensamento de Paulo Freire, mostrando a atualidade dos trabalhos deste filósofo da educação para um Brasil tão díspar e ainda tão necessitado de ensino, de infraestrutura educacional (em todos os níveis) e de pensamentos políticos eficientes. Assim, este trabalho tenta

contribuir para uma descoberta de como o Brasil ainda depende grandemente dos ensinamentos pedagógicos de Paulo Freire para poder almejar uma educação digna para todos.

Desenvolvimento: O pensamento de Paulo Freire e sua relação com o PARFOR

Em um artigo de Maria Carolina Morais (s/d), intitulado "Quando acordou, Macondo ainda estava lá", publicado no *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, a escritora nos mostra um panorama da literatura latino-americana de fala espanhola, da década de 1940 até a década de 1990, do realismo maravilhoso até a utopia neoliberal. Tal artigo nos chamou a atenção para uma questão específica: como a política está sempre em lugar de destaque em nossos discursos latino-americanos, mesmo quando não a citamos. Conforme nos mostra a autora, em uma conversa com o escritor Junot Díaz, este nos diz que:

Todo artista tem sua política. Mesmo os artistas que dizem que evitam a política – isso em si é uma forma bastante pesada de atividade política. Não estou certo se tenho qualquer definição firme do escritor a não ser de que ele escreve. E de que são agentes políticos. Existe uma tendência fóbica em nossas principais culturas literárias de ver qualquer artista com ações declaradamente políticas (por meio das quais eles querem dizer políticas que não estão alinhadas com a corrente dominante), como de alguma forma suspeito e dúbio. Pode-se dizer a mesma coisa sobre artistas que não se envolvem com política. Existem inúmeras formas de ser escritor, eu sou politicamente engajado como pessoa –apesar de eu não pensar que isso fique tão à mostra no trabalho –, mas só porque eu sou desse jeito não quer dizer que eu desejo que todo mundo seja igual a mim (DÍAZ apud MORAIS, s/d, s/p).

Essa visão política de Díaz nos mostra que todos temos concepções políticas, mesmo quando não as queremos definir ou mostrar. Portanto, neste momento atual, no Brasil, de gritos por uma escola sem partido, ou seja, uma escola sem política, parece que há um desejo de algumas camadas sociais de esmagar discussões sobre individualidades, cortar conquistas alcançadas para os mais desprovidos e fechar a escola às discussões críticas sobre a própria existência da escola (enquanto instituição

política em si mesma).

Dizemos tudo isso para relembrar a célebre concepção de Paulo Freire de que todo ato educativo é um ato político. Esse pensamento freiriano, muito utilizado como citação, requer de nós uma reflexão sobre o próprio ato de educar. Não há professor (ou artista, como nos mostrou Junot Díaz) que não tenha um pensamento político pessoal (seja este de esquerda, de centro, de direita etc). Além disto, o fato de participar tão ativamente da educação de alguém requer criticidade sobre a realidade. Daí não há como ser apolítico. A passagem abaixo, de Valéria da Hora Bessa (2008), nos fala um pouco mais sobre este ponto na concepção freiriana:

Assim, Paulo Freire, na sua prática educacional, preocupa-se com as classes populares. No contexto do que denominou ser uma “pedagogia do oprimido”, construiu uma verdadeira concepção política do ato de educar, adotando como princípios fundamentais a valorização do cotidiano do aluno e a construção de uma práxis educativa que estimule a leitura crítica do mundo. Na visão do educador, a Educação popular progressista não separa, em nenhum momento, o ensino dos conteúdos de desvelamento da realidade. Em sua proposta, o ato de conhecimento tem como pressuposto fundamental a cultura do educando; não para cristalizá-la, mas como “ponto de partida” para que ele avance na leitura do mundo, compreendendo-se como um sujeito da história, compreendendo que é por meio da relação dialógica que se consolida a educação como prática da liberdade (BESSA, 2008, p. 112).

Neste sentido, o caso de estudo deste texto, Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR -, encaixa-se nas concepções educativas de Paulo Freire, uma vez que se propõe analisar a política de formação de professores que trabalham na educação básica, no interior do Brasil, no sentido de identificar sua contribuição à formação superior crítica que possibilite a construção de indagações a partir de suas realidades de vida, educacionais, sociais, políticas, etc.

A Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica foi instituída pelo Decreto 6.755 de 2009 e regulamentada pela Portaria Normativa nº 09, de junho de 2009, que lançou o Plano Nacional de Formação de professores da Educação Básica – PARFOR. O objetivo do referido plano é oferecer formação inicial e continuada de professores em nível superior, visando formar os

docentes que preferencialmente já atuam na educação básica, ou que não possuem a formação adequada para atuar na educação básica, conforme as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96 (Brasil, 2009).

O programa visa a atender em caráter emergencial as demandas por formação de professores, na realidade brasileira, fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de Licenciatura; Segunda Licenciatura e Formação Pedagógica, para professores em exercício na rede pública de educação básica. O oferecimento da formação é garantido mediante mecanismos de parceria e cooperação em que o poder público deva garantir cursos superiores públicos, gratuitos e de qualidade.

A LDB, com várias alterações até 2013, impõe a necessidade de formação mínima de nível superior em licenciatura plena para atuar na educação básica, conforme artigo 26. Essa necessidade de, pelo menos, uma licenciatura em sua área de atuação é um dos pontos mais importantes para se melhorar a educação pública nacional, conforme nos informa a LDB:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996, artigo 26).

Todos nós sabemos que a formação na modalidade Normal já não atende à demanda de formação de professores, nem na educação infantil. Isso vemos, diariamente, quando lidamos com os acadêmicos das licenciaturas/PARFOR. Geralmente, os professores menos qualificados são destinados à educação infantil, para, aí, se transformarem em meros cuidadores de crianças.

No entanto, entendemos a educação infantil como uma etapa da educação básica extremamente importante para as crianças em formação escolar. Uma boa base educacional, de conteúdos diversificados e atrativos, pode fazer com que as crianças da educação infantil fiquem bem preparadas, por exemplo, para o processo de alfabetização. Isso repercutirá no restante de suas vidas.

Ainda, a partir desta necessidade de formação superior para os professores atuantes que somente possuem o ensino médio da modalidade normal é que foi formulado, sob os encargos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o PARFOR. Este plano visa formar os profissionais da educação que trabalham ativamente na área da educação escolar, ou seja, professores atuantes nos mais afastados lugares do Brasil, de recôncavos onde existem poucas ou nenhuma possibilidade de formação superior.

Os estudantes do PARFOR, com os quais trabalhamos, são professores do interior do Bico do Papagaio, no extremo norte do Estado do Tocantins, região mais carente do estado, e no Estado do Pará. Suas condições de trabalho são, geralmente, bastante precárias, e se nota que eles necessitam de uma formação mais sólida de conteúdos e balizada no respeito às diferenças e à criticidade instigadora de saberes, além de terem que compreender a educação enquanto um processo de humanização, pois somente o homem é capaz de transmitir cultura.

A Secretaria de Estado de Educação do Pará/SEDUC-PA aderiu ao Plano de Formação Docente no ano de 2009, em parceria com as Instituições de Ensino Superior - IES públicas e municípios do Estado. A SEDUC/PA tem a atribuição de gerir o plano de formação no Estado, conforme acordo firmado por meio do Regime de Colaboração, através da Coordenação do PARFOR/PA. O Estado do Pará foi um dos primeiros a aderir em regime de colaboração à política de formação, considerando a grande demanda de professores que necessitavam de formação adequada, conforme previsto pela LDB (SEDUC, 2009).

De acordo com dados levantados pela SEDUC/PA, somente 10% de professores apresentavam formação adequada para atuar nas escolas públicas do Estado, apesar da realização de outros programas de formação de professores. Foram feitos alguns avanços como os cursos oferecidos há cinco anos, sob a forma de Consórcio, envolvendo várias instituições de ensino superior (IES) e formando cerca de 2500 professores da rede estadual.

No Pará, o PARFOR objetivava capacitar 40 mil professores que não apresentavam a formação adequada exigida pela Lei n. 9394/96, seja em formação inicial ou continuada, por meio de cursos de graduação e pós-graduação (lato e stricto sensu). Para isso, foram realizados vários processos seletivos desde o segundo semestre de 2009. As Instituições que aderiram ao PARFOR no Pará foram: IFPA; UEPA; UFOPA; UFPA, UFRA e UNIFESSPA.

Como professores e estudantes destas universidades, e atuantes no PARFOR, trazemos uma reflexão sobre a valorização de uma formação superior sólida em informações e rica em formação pessoal, além do objetivo de instrumentalizar-lhes para uma prática pedagógica voltada para a criticidade construtiva em relação às suas culturas e conteúdos locais.

Vale informar que participamos do PARFOR como professores formadores e que temos ofertado disciplinas nas Licenciaturas de Pedagogia e Letras no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), nos *campi* de Tocantinópolis e Araguaína, e no âmbito da Universidade Federal do Pará (UFPA), nos *campi* de Belém, Castanhal e Vizeu.

É, portanto, no contexto de formação de professores que lecionam nas áreas mais remotas do norte do estado do Tocantins e do Pará, e na troca de experiências pedagógicas, que verificamos a centralidade e a atualidade das teorias de Paulo Freire. As experiências dos estudantes do PARFOR trazidas para o contexto da sala de aula da licenciatura fazem com que pensemos criticamente sobre até que ponto as teorias de tal pensador são coerentes com os dias atuais.

Em nossas vivências como professores formadores do PARFOR, temos observado o quão importante é a valorização das histórias de vida, experiências profissionais, culturais e demais saberes desses sujeitos-alunos para o processo de formação. Temos verificado, sobretudo, que a prática de ensino desenvolvida nesse processo constitui-se num importante elemento para a construção de uma identidade profissional, valorização pessoal, estímulo à formação continuada, engajamento político, e maior envolvimento no processo de formação acadêmica.

Neste sentido, compartilhamos do pensamento de Freire (1989), por entendemos a prática educativa como um ato de construção coletiva, pautado no diálogo, respeito à diversidade, compreensão de mundo, afetividade etc. Para Freire, a leitura de mundo antecede a leitura da palavra, sendo a educação, portanto, um ato de compreensão da realidade, a partir da interação entre os sujeitos.

E, por entendermos a prática educativa como uma ação dinâmica, carregada de ideologias, intencionalidades, influências e determinações externas é que compreendemos sua complexidade no contexto de formação docente, pois uma vez descomprometida e ou desvinculada de um projeto social mais amplo de conscientização e libertação desses sujeitos, poderá constituir-se em mais um mecanismo de alienação e manutenção do *status quo* por meio da educação, como historicamente vem sendo feito na política educacional de nosso país.

Aqui apresentamos o grande pedagogo brasileiro a quem nos referimos sempre como Paulo Freire. Paulo Reglus Neves Freire (Recife, 1921 — São Paulo, 1997) foi um importante filósofo e educador nacional, com graduação em Direito pela Universidade do Recife. Ele é considerado o Patrono da Educação Brasileira, por causa de sua imensa contribuição na área da educação.

Paulo Freire foi o fundador da linha pedagógica popular chamada de Pedagogia Libertadora, capaz de instrumentalizar criticamente o educando para reconhecer seu estado de oprimido (educacional, social, cultural etc.) e buscar soluções libertadoras.

Freire foi forçado a sair do país durante a ditadura militar e lecionou em várias universidades estrangeiras, incluindo a Universidade de Harvard, em 1969, como professor visitante. Freire é o intelectual brasileiro da área da educação mais conhecido fora do Brasil, e seus pensamentos são estudados por todos aqueles que trabalham na área pedagógica. Ele retornou ao Brasil em 1980 para continuar seus trabalhos nas áreas dos estudos pedagógicos e políticos.

Para Freire (1989), a essência da proposta político-pedagógica de educação, na perspectiva de libertação e humanização, requer, inicialmente, a compreensão de Homem e as relações deste com o mundo à sua volta. Para tanto, destaca a

importância de entendermos o homem como um ser de relações e,

[...] não só de contatos, não só está no mundo, mas com o mundo. [...], somente o homem, como um ser que trabalha, que tem um pensamento-linguagem, que atua e é capaz de refletir sobre si mesmo e sobre a sua própria atividade, que dele se separa, somente ele, ao alcançar tais níveis, se fez um ser da práxis (FREIRE, 1989, p.39).

Neste caso, considerar a formação docente como instrumento de libertação e conscientização desse sujeito significa, antes de tudo, reconhecer a realidade vivida por esses sujeitos, investigando e valorizando suas práticas, seus saberes, histórias de vida, expectativas e sonhos, isto porque entendemos que o processo de formação docente não se desvincula das outras ações vivenciadas por esse sujeito que é um ser único.

Neste sentido, entendemos que a valorização dos saberes e vivências dos docentes no processo de formação acadêmica revelam, não apenas a intenção de formar trabalhadores executantes de funções laborais, exigidas pelo sistema, mas de torná-los sujeitos ativos na construção de conhecimentos e práticas sociais. Entender a formação docente a partir do mundo vivido por esses sujeitos é, portanto, entender a educação em sua forma mais ampla e totalizante, reconhecendo os diferentes e diversos conhecimentos, tempos e ambientes que educam independentemente de serem ou não institucionalizados, instituídos e ou certificados.

No entanto, é importante deixar claro que a prática educativa por si só não determina a qualidade da educação que desejemos e buscamos para os trabalhadores docentes da educação básica de nosso país, pois esta seria apenas uma compreensão limitada e unilateral de uma questão mais ampla e complexa que vai muito além das ações pedagógicas empenhadas em sala de aula, uma vez que essa qualidade, a social, encontra-se vinculada a um conjunto de questões mais amplas e complexas da sociedade.

A partir daqui, trataremos de levantar alguns temas recorrentes nas teorias de Paulo Freire e relacioná-los às nossas experiências pedagógicas com o PARFOR. Um

dos conceitos mais recorrentes nos estudos de Freire é o que ele chama de “educação bancária”. Esta educação bancária a que ele se refere pode ser entendida como uma educação maçante, fora da realidade do educando, voltada para técnicas de depositar saber em estudantes vazios. Ela é alienante, no sentido da criticidade dos estudantes em relação com o seu mundo externo (fora da sala de aula), pois só o professor é detentor do saber, e os conhecimentos provenientes da realidade dos alunos não valem de nada para o professor.

Para Freire (1997), o educando deve criar sua própria educação, ter voz no processo educativo, fazendo seu próprio caminho, não seguindo um caminho já previamente construído para ele. A educação bancária é, também, a educação da “decoreba”, sem que se expliquem os porquês dos fatos, preocupada somente com o conteúdo a ser ensinado, não interessada na pessoa do ser humano que aprende e com uma função domesticadora, tornando-se, assim, cansativa e repetitiva, como na imagem de um funcionário público carimbando o dia inteiro, depositando conteúdos nos estudantes. Em oposição ao ensino burocrático, conteudista e autoritário, Paulo Freire (1997) nos diz como deve agir um educador:

Assim como não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos. Esse é um momento apenas de minha atividade pedagógica. Tão importante quanto ele, o ensino de conteúdos, é o meu testemunho ético ao ensiná-los. É a decência com que o faço. É a preparação científica revelada sem arrogância, pelo contrário, com humildade. É o respeito jamais negado ao educando, a seu saber de “experiência feito” que busco superar com ele (FREIRE, 1997, p. 116).

É, portanto, no sentido de uma educação dialógica, sem imposições, mas crítica e partindo da realidade dos educandos, que Paulo Freire focará seu trabalho na área da educação popular. Ainda, notamos que esse foco na relação dialógica entre professor e aluno ainda deve ser reforçado no ensino dos professores que lecionam no interior do Brasil e estudam no PARFOR.

Notamos que a imposição de conteúdos a partir do livro didático é, ainda hoje,

uma forma recorrente de metodologia de ensino. Em alguns remotos lugares do Brasil, o livro didático é o único material pedagógico fornecido a vários professores. A formação continuada que o PARFOR fornece pode auxiliar os professores a se desligarem um pouco do livro didático e a focarem nos saberes trazidos pelos alunos, produzindo seus próprios materiais didáticos.

Também, Paulo Freire se voltou para o ato de ler e escrever. Alfabetizar-se, na visão de Freire, deveria levar o educando a compreender sua situação pessoal e a lutar por melhorias em todas as esferas pessoais e comunitárias.

Paulo Freire criou o que ficou conhecido como Pedagogia Libertadora. Essa pedagogia visava dar ao educando não somente educação escolar, mas uma visão crítica de mundo. A educação deveria ser um mecanismo propulsor de saberes e de curiosidades, fazendo com que o educando indagasse sobre sua existência e compreendesse sua situação no mundo.

Notamos, ainda, em uma grande maioria dos nossos estudantes do PARFOR, uma ausência de politização, posicionamento crítico e de resistência às relações de poder que muitas se manifestam em suas ações formativas, assim, percebe-se uma certa passividade em relação à autoridade impositiva do professor. Eles não estão acostumados a defender seus pontos de vista de maneira séria e construtiva, mas abaixam a cabeça diante da autoridade do professor, do diretor da escola, do secretário de educação, do prefeito etc. Neste sentido, uma compreensão clara das teorias libertárias de Paulo Freire pode ajudá-los no sentido de defender seus pensamentos coerente e firmemente.

Paulo Freire acreditava que não existe educação neutra. Segundo a visão de Freire, todo ato de educação é um ato político, daí a importância da escola enquanto locus de aprendizagens de questionamentos em relação ao ambiente escolar, às condições trabalhistas do professorado, aos processos pedagógicos, aos planos governamentais, entre outros pontos.

As condições de trabalho de muitos acadêmicos do PARFOR são precarizadas, haja vista que muitos de nossos alunos são funcionários do Estado ou Município e se

submetem a contratos de trabalho precários nas prefeituras do interior do Brasil, refletindo a condição de “oprimido”, uma vez que não reagem em busca de melhorias e de garantia de direitos para a categoria docente. Isso pode ser exemplificado na realidade do Estado do Pará, em que as condições para o acesso e permanência do professor cursista do PARFOR são desfavoráveis. Apesar de haver garantias mediante o regime de colaboração (União, Estados e Municípios) que garantem a ajuda de custo para deslocamento, alimentação e hospedagem nos períodos de formação, isto não vem sendo cumprido, trazendo prejuízos á qualidade da formação dos professores.

Outro fato a ser destacado na realidade dos municípios paraenses se refere ao grande número de professores temporários, que estão nos cursos de formação, que muitas vezes, após ingressarem no curso de formação têm encerrados seus contratos de trabalho. Nesse sentido, a condição de professor periférico e “coisificado” faz com que seu trabalho seja desvalorizado, assim como sua formação continuada.

Pensar a formação docente, nesta perspectiva, é antes de tudo pensar na possibilidade concreta de transformação social a partir da (re)construção de conhecimentos que se complementam como partes integrantes da formação humana mais ampla, que gere insatisfação com a lógica opressora dominante em nossa sociedade. De acordo com Freire (1989, 1997a), desde o início de nossa história, no Brasil, temos vivenciado a lógica de opressão entre dominantes e dominados, opressores e oprimidos.

Contudo, conforme o pensamento freiriano, o objetivo da educação deve voltar-se para a extinção dessa lógica, isto é, para a construção de uma sociedade onde não exista nem opressores, nem dominados, mas sim sujeitos conscientes e emancipados, daí a relevância da educação como instrumento de libertação e transformação social.

Um ponto que consideramos importante no PARFOR diz respeito ao fato de possibilitar aos professores terem suas graduações oferecidas em universidades públicas renomadas, valorizando-os enquanto sujeitos reflexivos, construtores de conhecimentos. Assim, os acadêmicos do PARFOR são formados para ter uma visão crítica de mundo, de homem, de sociedade, onde ninguém deve ser coisificado,

compreendendo que toda realidade pode ser modificada, transformada e questionada através do saber (que sempre traz em si uma carga política), conforme nos informa Freire:

Não pode existir uma teoria pedagógica, que implica em fins e meios da ação educativa, que esteja isenta de um conceito de homem e de mundo. Não há, nesse sentido, uma educação neutra. Se, para uns, o homem é um ser da adaptação ao mundo (tomando-se o mundo não apenas em sentido natural, mas estrutural, histórico-cultural), sua ação educativa, seus métodos, seus objetivos, adequar-se-ão a essa concepção. Se, para outros, o homem é um ser de transformação do mundo, seu que fazer educativo segue um outro caminho. Se o encaramos como uma "coisa", nossa ação educativa se processa em termos mecanicistas, do que resulta uma cada vez maior domesticação do homem. Se o encaramos como pessoa, nosso que fazer será cada vez mais libertador (FREIRE, 1997b, p. 9).

Ainda, o educador José Eustáquio Romão (2015), ao falar do pensamento de Paulo Freire, reforça a importância das análises acadêmicas a partir das práticas (pedagógicas e da realidade da vida de cada um) para podermos começar a pensar o mundo em que vivemos. Isso verificamos enquanto fato quando pensamos nos acadêmicos do PARFOR, pois eles trazem suas experiências pedagógicas para a sala de aula das licenciaturas e nos levam a confrontar tais experiências com as teorias acadêmicas. Colocamos aqui uma passagem de Romão:

Lendo com mais calma e profundidade a obra dele, vejo que ele faz uma inversão intelectual tão violenta que os intelectuais tremem nas bases. Todos eles têm a mania de considerar que devemos partir da teoria para iluminar a realidade, e Paulo Freire desmonta isso. Ele diz que a legitimidade do conhecimento só vem da prática (ROMÃO, 2015, s/p).

Também, um ponto importante da teoria freiriana é aprender a tomar posição em questões de opressão humana e injustiça social. Isso nos faz recordar do fato que nos foi contado por uma acadêmica do PARFOR de Pedagogia: ela lecionava numa escola afastada e que recebia quase nenhum recurso extra da prefeitura. Ela organizava a população local (a coletividade) e fazia festas, pedágios, rifas etc. para angariar

dinheiro para as melhorias desejadas na escola. Ela não queria tomar o lugar do Estado na responsabilidade de melhorar a escola, mas tomava em suas mãos o desejo de mudança que não podia esperar, pois as crianças não podiam esperar. Sua escola foi eleita a melhor do município, mas por causa do esforço coletivo, da sociedade local que ela mobilizou. Utilizando outra passagem de Romão (2015), podemos notar a força histórica da coletividade:

A parte do livro [*Pedagogia do Oprimido*] em que Paulo Freire fala sobre a "teoria da ação revolucionária" não existe em nenhuma edição em nenhuma parte do mundo. O que nos faz supor que os (editores) americanos tiraram diversas partes – eu já fiz uma leitura comparada e comprovei que não estão lá. Eles tiraram coisas que acharam um pouco mais perigosas para a ideologia liberal norte-americana. Não fazem por mal, mas por princípio ideológico. É uma teoria de esquerda mesmo, diz que o sujeito da história não são as lideranças, é o coletivo das massas oprimidas. Americano não vai admitir isso, nem os Democratas (ROMÃO, 2015, s/p).

Não desejamos, com este exemplo, retirar a responsabilidade dos governos de fornecer educação pública de qualidade, uma vez que somos favoráveis que a educação pública seja garantida pelos poderes públicos do Estado, mas com este exemplo mostrar que a história é feita pelas massas oprimidas e que toda opressão deve funcionar como força propulsora para movimentos de reivindicação e organização social.

Vale salientar que, apesar das inúmeras dificuldades apresentadas pelos professores cursistas no Programa de formação do PARFOR, os resultados apresentados são positivos, uma vez que seus relatos indicam mudanças em suas práticas pedagógicas. Porém, os desafios são imensos para o alcance de objetivos e a garantia de uma formação com qualidade social.

As reflexões até aqui empreendidas possibilitam situarmos a educação como ato político, uma vez que o pensamento freiriano nos convida a tomarmos uma posição diante da realidade vivenciada nos cursos de formação de professores, buscando desvelar a ideologia implícita, uma vez que a educação é concebida em campos

antagônicos, necessitando que tomemos posição em busca de melhorias e de um projeto de formação que atenda às reivindicações de nossos educandos e educadores, de forma que a qualidade social da educação seja alcançada e compartilhada por todos.

Considerações finais

O texto faz uma abordagem acerca da relação entre a política educacional brasileira e a formação docente no âmbito do PARFOR, especificamente nos estados de Tocantins e Pará. O pensamento educacional de Paulo Freire é utilizado como principal suporte teórico de análise do texto, sobretudo por apresentar estreita relação com os ideais propostos e defendidos à formação de professores no âmbito legal do PARFOR.

Algumas questões são destacadas como primordiais ao entendimento mais amplo acerca da relação entre o pensamento educacional de Freire e a formação docente no PARFOR dentre as quais: a importância do (re)reconhecimento de conhecimentos, vivências e saberes prévios desses sujeitos como parte integrante do processo de formação acadêmica.

Com base nas leituras realizadas, percebemos que a política educacional brasileira voltada à formação de docente, a exemplo do PARFOR, pode ser entendida como possibilidade de transformação da realidade social a partir da melhoria da qualidade da educação básica nacional, tendo em vista, sobretudo, a construção de conhecimentos que integrem formação acadêmica com conhecimentos de vida dos sujeitos.

Nesta perspectiva, destacamos a relevância das práticas educativas enquanto possibilidade concreta à formação docente que contribua, não apenas para a execução de tarefas elaborais exigidas pelo sistema, mas, sobretudo, à mudanças capazes de favorecerem à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a educação seja entendida como ato de libertação e emancipação social.

No conjunto, o texto procura refletir sobre a formação docente no âmbito do

PARFOR, buscando identificar tanto as relações e interesses que norteiam a organização e desenvolvimento desse processo, quanto as possibilidades de contraposição ao projeto hegemônico de educação em vigor em nosso país.

Referências

BESSA, V. da H. *Teorias da aprendizagem*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997a.

_____. Papel da educação na humanização. *Revista da FAEEDBA*. Faculdade de Educação do Estado da Bahia. Ano 6 N. 7, Edição de Homenagem a Paulo Freire. Salvador-BA ISSN 0104-7043 – UNEB – pág. 9-32, Jan/Jun 1997b.

MORAIS, M. C. Quando acordou, Macondo ainda estava lá. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Sem data, disponível em <
<http://www.suplementopernambuco.com.br/edicao-impressa/77-capa/1670-quando-acordou,-macondo-ainda-estava-l%C3%A1.html>>, acessado em 11/09/2016.

ROMÃO, J. E. “Brasil nunca aplicou Paulo Freire”, diz pesquisador. *BBC Brasil*. Entrevista a Camilla Costa. São Paulo, 24 julho 2015. Disponível em: <
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150719_entrevista_romao_paulofreire_cc?SThisFB%3FSThisFB>, acessado em 30/11/2015.